

:Bindlaw



[Decreto-Lei n.º 102/2023](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Procede à criação, com natureza de entidades públicas empresariais, de unidades locais de saúde

[Portaria n.º 337/2023](#)

FINANÇAS

Alteração do modelo de declaração mensal global referida na alínea a) do n.º 11 do artigo 28.º do Código do IVA, bem como as respetivas instruções de preenchimento

[Decreto-Lei n.º 103/2023](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Aprova o regime jurídico de dedicação plena no Serviço Nacional de Saúde e da organização e do funcionamento das unidades de saúde familiar

[Portaria n.º 339/2023](#)

FINANÇAS

Alteração da [Portaria n.º 221/2017](#), de 21 de julho, que aprova os modelos da declaração periódica do IVA, do anexo R e dos anexos das regularizações do campo 40 e do campo 41, bem como as respetivas instruções de preenchimento

:Bindlaw



[Portaria n.º 340/2023](#)

FINANÇAS

Procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2023

[Lei n.º 62/2023](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico de acesso, exercício e cessação da atividade dos inspetores de veículos a motor e sobre o regime jurídico relativo à sua qualificação e formação

[Lei n.º 61/2023](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Cria as respostas de apoio psicológico para vítimas de assédio e violência sexual no ensino superior e alarga o âmbito de aplicação dos códigos de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio a todos os membros da comunidade académica

[Portaria n.º 341/2023](#)

ECONOMIA E MAR

Aprova o Regulamento Específico da Linha de Apoio à Tesouraria e ao Investimento de Reposição das Empresas Turísticas Afetadas pelos Incêndios - 2023, designada por Regenerar Empresas Turismo - Incêndios 2023

Bindlaw



[Decreto-Lei n.º 103-B/2023](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Altera o apoio extraordinário de apoio às famílias para pagamento da renda

[Portaria n.º 334/2023](#)

JUSTIÇA

Regulamenta a apresentação por via eletrónica de requerimentos e declarações para efeitos de nacionalidade por advogados e solicitadores

[Resolução da Assembleia da República n.º 128/2023](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo que implemente medidas de combate à evasão fiscal, à elisão fiscal e ao planeamento fiscal agressivo

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 10/2023](#)

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

«Na fase de inquérito, compete ao juiz de instrução ordenar ou autorizar a apreensão de mensagens de correio eletrónico ou de outros registos de comunicações de natureza semelhante, independentemente de se encontrarem abertas (lidas) ou fechadas (não lidas), que se afigurem ser de grande interesse para descoberta da verdade ou para a prova, nos termos do art. 17.º, da [Lei n.º 109/2009](#), de 15/09 (Lei do Cibercrime)»

Bindlaw



[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 11/2023](#)

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

«O requerimento apresentado pelo condenado, peticionando a substituição da multa por dias de trabalho, nos termos do artigo 48.º, n.º 1 do Código Penal, não integra a causa suspensiva da prescrição prevista no artigo 125.º, n.º 1, alínea a), do Código Penal.»

[Portaria n.º 347/2023](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Estabelece o âmbito de aplicação e as regras de acesso à dotação centralizada na Presidência do Conselho de Ministros destinada a financiar o destacamento de trabalhadores da Administração Pública para instituições, agências, órgãos e organismos da União Europeia e outras organizações internacionais de que Portugal é parte

[Portaria n.º 346-B/2023](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E FINANÇAS

Altera a [Portaria n.º 135/2022](#), de 1 de abril, que procede à regulamentação dos deveres de recolha e comunicação de informação entre a Estrutura de Missão «Recuperar Portugal» e a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), bem como das condições específicas do mecanismo de transferência do montante equivalente ao imposto sobre o valor acrescentado (IVA)

[Portaria n.º 348/2023](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E FINANÇAS

Primeira alteração aos Estatutos da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P., aprovados em anexo à [Portaria n.º 256/2018](#), de 10 de setembro

Bindlaw



Portaria n.º 360-A/2023

JUSTIÇA

Procede à alteração da dimensão das peças processuais no âmbito da tramitação eletrónica dos processos judiciais e administrativos e fiscais

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 5/2023

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Acórdão do STA de 01/10/2020 no Processo n.º 81/19.3BALSB - Pleno da 1.ª Secção - Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: «A ação administrativa comum era o meio adequado para analisar a pretensão de uma docente de ver reconhecido o direito a considerar-se contratada a partir de certo momento para uma diferente categoria e estrutura remuneratória da que resulta do contrato de provimento celebrado e das respetivas renovações, com o fundamento de que tal resulta da lei.»

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 8/2023

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Acórdão do STA de 25 de Novembro de 2021 no Processo n.º 1147/16.7BEBRG - Pleno da 1.ª Secção - Uniformiza a Jurisprudência nos seguintes termos: «Endereçado à Administração, pelo interessado, um requerimento para reconhecimento do direito à reforma e à conseqüente atribuição de pensão, invocando o preenchimento dos requisitos legais, o meio processual próprio e adequado para reagir à recusa ou ao silêncio da Administração é a ação administrativa para obter a condenação à prática de ato devido, regulada nos artigos 66.º a 71.º do CPTA, devendo para o efeito serem observados os prazos definidos no artigo 69.º do mesmo Código.»

Decreto-Lei n.º 107/2023

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2024